
**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA:
SUSTENTABILIDADE, CIDADANIA, CONSTRUÇÃO DE CONHECIMENTOS
E IDENTIDADE**

Eliana de Souza Rolim

Mestra em História pela Universidade Federal
da Paraíba. Professora da Rede Municipal de
Ensino de Cajazeiras - PB
es.rolim@yahoo.com.br.

O texto apresentado neste artigo faz parte de uma pesquisa¹ que surgiu de inquietações provocadas pelo crescente processo de construções arquitetônicas ocorrido em Cajazeiras², e que objetivou analisar até que ponto as discussões acerca de políticas públicas em geral, e educacionais, têm inserido a questão da preservação do Patrimônio Arquitetônico e Histórico da cidade, considerando seu valor para a Memória coletiva e para a Cultura histórica local.

Tais inquietações se impuseram, sobretudo, em relação à edificação vertical, o que tem acarretado na derrubada e reforma de antigos prédios e casarões da cidade. Este patrimônio arquitetônico vem se perdendo ao longo do tempo, soterrado por um crescente processo de transformação urbana, no que se refere à edificação de construções “modernas”, o que tem se acelerado desde a década de 90 do século XX e, conseqüentemente, modificado a paisagem cajazeirense.

Cajazeiras que teve seu centro histórico inicial delimitado desde 2004, atualmente experimenta um momento de efervescência no que se refere ao crescimento comercial, urbano e imobiliário. Esse crescimento urbanístico traz em seu contexto uma transformação nos interesses de grupos da comunidade local em relação à preservação ou não de algumas dessas construções arquitetônicas antigas da cidade.

A falta de envolvimento da população local e o aparente descaso das autoridades no que se refere à preservação e manutenção do patrimônio arquitetônico local é outro aspecto problemático dessa realidade de abandono, por meio do qual grande parte deste

¹ Trata-se do trabalho de dissertação intitulado “Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras – PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial”, defendido junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em 2010.

² A cidade de Cajazeiras está localizada no extremo Oeste do Estado da Paraíba, distanciando-se cerca de 450 Km da capital João Pessoa.

acervo foi destruído e aquele que se encontra de pé, ou que já foi tombado³, vive em agonia e constante risco de desabamento ou enfrenta reformas desastrosas no que concerne a perda de seus aspectos arquitetônicos originais.

Realidade diante da qual se faz necessário concordar com Cabral e Oliveira (2005), de que não basta apenas o bem ser tombado para ser salvo da destruição. A existência de políticas públicas de preservação patrimonial é fundamental para a manutenção desse patrimônio. No entanto, é preciso conjugar essas políticas com interesses da comunidade de seu entorno para que aconteça, de fato, uma preservação consciente e socialmente comprometida. Desse modo haverá o envolvimento da comunidade com o seu patrimônio histórico. E isto será primordial para a existência de uma vitalidade do mesmo, pois a modernização e utilização dos prédios já tombados são consideradas importantes para sua conservação e sustentabilidade.

Assim, o que se deseja fazer, nesta reflexão não é uma oposição à modernização da cidade, mas promover o debate sobre o modo como estão sendo tratadas essas edificações arquitetônicas antigas que, com a riqueza de seus estilos, se constituem como parte indiscutível do Patrimônio Histórico de Cajazeiras e, assim, apreender até que ponto e de que maneira isso está presente na memória coletiva da população.

Segundo Simão (2006), neste início de milênio há um novo olhar em relação à preservação do patrimônio cultural, diferentemente do que ocorreu em décadas anteriores, onde havia a predominância dos valores “iluministas”, com ideias voltadas somente para o futuro, ou seja, a visão de mundo baseada no progresso norteava as mentalidades do homem do século XX.

Para François Hartog (2006), no entanto, esse crescimento da preocupação das pessoas com relação a seu patrimônio teve início na década de 1960, período em que se voltam os olhares na busca incessante pelas raízes e pela memória, movimento que, por conseguinte, inflacionou o campo do patrimônio histórico.

Desse modo, a preservação do patrimônio histórico – que desde o século XIX foi objeto de preocupações de historiadores, arquitetos e cientistas sociais, entre outros estudiosos que abordam esta temática – tem se configurado como algo importante, não

³ O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, já catalogou e tombou cerca de uma dezena de construções, bem como traçou o perímetro através do qual foi delimitada a área do Centro Histórico de Cajazeiras em 2003. Ação que foi reconhecida e homologada pelo governo do Estado sob o Decreto n. 25.140, de 28 de junho de 2004.

apenas como objeto de estudo, mas também, como produção de conhecimento histórico significativo, bem como para a cultura histórica⁴ e a memória coletiva de cada sociedade.

Essa noção acerca de patrimônio cultural, no Brasil, tem sido ampliada, especialmente, desde a Constituição de 1988⁵ e mais ainda neste início de milênio, quando as discussões a respeito dessa temática têm evidenciado a questão do patrimônio imaterial ou intangível⁶. Este último já reconhecido pela citada Constituição, ficou por décadas, fora do alcance da proteção legal, já que somente os monumentos edificados, isto é, o chamado *patrimônio de pedra e cal*, deveriam ser tombados e preservados.

Contudo, o desafio desse novo século é fazer com que as comunidades que convivem diariamente com esses bens culturais sintam-se responsáveis por eles e descubram o valor que possuem. Isso pode ocorrer a partir da implantação de políticas públicas de Educação Patrimonial que visem tornar a população uma aliada, em potencial, do processo de salvaguarda de um patrimônio que, mesmo entendido como um espaço de construção de significados e representações simbólicas parece não despertar interesse geral do público que convive em seu entorno.

Sendo entendido como um bem cultural de significativo valor simbólico, o patrimônio histórico tem se constituído em esteio da memória coletiva de cada

⁴ Neves (2001) entende a cultura histórica como “a identidade social de uma dada comunidade, (parte e expressão concreta de uma sociedade mais ampla) construída a partir do conhecimento histórico, considerado como algo que deve resultar em auto conhecimento da referida comunidade e dos indivíduos que a integram, fundamentado por uma visão crítica do processo histórico por meio do qual essa comunidade se constitui e se situa na contemporaneidade”.

⁵ Em seu artigo 216, ampliou o conceito de patrimônio cultural e atribuiu formas para sua defesa.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I – as formas de expressão;

II – Os modos de criar, fazer e viver;

III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

⁶ Em relação ao patrimônio cultural imaterial, a ideia é contemplar as mais diversas manifestações cotidianas dos grupos sociais do passado e atuais como o caso das festas, danças, religiões, culinárias entre outras, também compreendidas como sendo parte indiscutível da formação da identidade de um povo. Por isso, de acordo com Gonçalves (2003, p. 24): “Diferentemente das concepções tradicionais, não se propõe o tombamento dos bens listados nesse patrimônio. A proposta é no sentido de ‘registrar’ essas práticas e representações e de fazer um acompanhamento para verificar sua permanência e suas transformações”.

sociedade, daí o porquê da necessidade de sua preservação, pois seus bens funcionam tanto como fontes históricas quanto como lugares de memória, testemunhos do passado, palco de experiências vivenciadas por atores sociais em tempos e espaços diferenciados. Por isso, o estudo desses lugares é significativo para a construção de saberes históricos e como objeto da cultura histórica local.

Em seu estudo sobre patrimônio histórico, Françoise Choay afirma:

Patrimônio histórico. A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma densidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos. (CHOAY, 2001, p. 11)

Nesse sentido se pode afirmar que, na visão desta autora, o patrimônio histórico se constitui, enquanto tal, a partir do momento em que passa a ser reconhecido como pertencente a um passado comum a uma determinada comunidade e, com base nessa concepção, é possível dizer que esses objetos, obras de arte, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir faire* dos seres humanos são signos de uma determinada identidade e de uma memória coletiva.

É por isso que a preservação do patrimônio histórico não deve servir apenas para alimentar uma indústria turística ou manipular a cultura histórica de uma comunidade de acordo com o interesse de entidades dominantes, mas sim, estar relacionada com a memória coletiva das sociedades que os mantêm. E como defende José Newton de Meneses (2004), deve também estar relacionada, com um projeto de sustentabilidade que vise promover o desenvolvimento econômico e a inclusão social dessas comunidades que, ao longo de sua história, tiveram tais bens culturais como símbolo de identidade.

Segundo Fonseca (2003, p. 56-59), por se constituir em um bem cultural, o patrimônio histórico não deixa de suscitar conflitos e tensões no que se refere à sua preservação ou destruição. Isso acontece, preponderantemente, devido às concepções existentes no imaginário da sociedade e dos políticos, que em muito se chocam com as concepções de estudiosos, naquilo que se refere ao que deve ser considerado ou não patrimônio cultural e histórico e, conseqüentemente, o que deve ou não ser preservado.

Contudo, Fonseca admite que o valor do patrimônio histórico é de extrema importância para a vida social e mental de qualquer coletividade humana, daí a necessidade de ele ser contemplado em sua totalidade, e não apenas aquele que segue padrões ditados por uma elite, elite esta que deseja ver seus interesses considerados acima da conservação da herança cultural e histórica de uma população maior. Desse modo, a questão da preservação deve ser compreendida enquanto socialização de saberes que não se impõem, mas sim são gerados de relações de poder e de correlações de forças que permeiam toda a sociedade.

No entanto, vale observar que a construção de identidades associada à preservação de um patrimônio histórico poderá estar vinculada à busca de construção de sentidos hegemônicos, isto é, à escolha do tipo de bens que são tombados e considerados dignos de proteção poderá revelar interesses de determinados setores da sociedade em detrimento de outros. Neste caso, a preservação desse patrimônio revela o interesse na construção de uma memória e identidade que se deseja impor a uma determinada comunidade ou a um grupo social, ou mesmo revelar a imagem que uma sociedade pretende de si mesma.

A partir dessa reflexão é pertinente destacar as ideias de que, preservar o patrimônio é conservar uma cultura e uma identidade atribuídas a uma comunidade ou a um grupo social e que a preservação de um patrimônio histórico e cultural não deve servir apenas para alimentar saudades de um passado idealizado, mas sim, tentar manter um diálogo entre passado e presente, visando à construção de novos saberes e tendo por base as memórias coletivas.

Desse modo, compreender e preservar o patrimônio são conhecer tanto a história como as memórias suscitadas, a partir de lembranças evocadas por sua existência. Daí porque é fundamental a participação da população, especialmente quando se trata da questão do tombamento e preservação dos chamados *lugares de memória*, visto que esses devem possuir um sentido para essa coletividade. Em outras palavras, o patrimônio histórico deve ter um papel social e não servir apenas de exaltação aos nomes daqueles que o construiu. Por isso acredita-se que a aplicação da Educação Patrimonial é importante para aprofundar as discussões sobre essa realidade, inicialmente nas salas de aula.

A Educação Patrimonial sendo apontada como um instrumento de “alfabetização cultural”⁷ é uma Disciplina de ensino centrada na valorização e preservação sustentável do patrimônio cultural, patrimônio esse, entendido como fonte primária de conhecimento. Outra meta das políticas de Educação Patrimonial é a intensificação dos sentimentos de identidade e cidadania, com base no reconhecimento e valorização do patrimônio local, seja ele material ou imaterial.

Segundo o pensamento de Valecillo (2009, p. 273), a Educação Patrimonial é um meio através do qual se faz possível a aproximação *da comunidade com seu patrimônio*. É a partir desse contato que se pode falar em *sustentabilidade patrimonial*, que seria uma maneira de preservá-lo contando com a parceria direta das pessoas que mais teriam interesse nessa conservação, porque receberiam os benefícios de sua existência através da exploração racional de atividades que promovam a *história local e a valorização de suas identidades*.

Assim, por meio da disciplina de Educação Patrimonial, que tem por base teórica a abordagem de Paulo Freire na *Pedagogia da Autonomia* e que Horta destaca como sendo um instrumento de *alfabetização cultural*, espera-se que o cidadão perceba o patrimônio como um espaço de convivência dentro do qual ele pode se reafirmar como membro de um grupo, com o qual se identifica e por isso mesmo também é responsável pela construção de uma memória coletiva. Além disso, esse patrimônio cultural torna-se um lugar de interação e construção de cidadania, sendo utilizado de maneira que atenda às necessidades sociais do grupo, a partir de sua preservação.

Nessa perspectiva, *ao aprender a conhecer e a valorizar* seu patrimônio, o cidadão também *estará aprendendo a ler o mundo* que está à sua volta, compreendendo, além dos aspectos socioculturais, todo processo histórico que culminou com a existência do meio que o cerca.

Para Valecillo (2009, p. 273), esse tipo de convivência entre sociedade e patrimônio acontece de maneira satisfatória, tendo por base o que ela chama de paradigma *participacionista*, em que o cidadão tem uma intervenção integral na gestão do patrimônio, isto é, ele participa ativamente das tomadas de decisões atentando para o conjunto de valores, jogos de poder e interesses particulares e públicos que envolvem

⁷ Sobre essa ideia ver HORTA; GRUMBERG & MONTEIRO, 1999.

toda a ação de tombamento e preservação de um bem cultural. Ele deve, portanto, se inteirar a respeito de impactos, benefícios e até mesmo prejuízos trazidos à comunidade e ao próprio patrimônio através desse processo. E por isso também que quaisquer ações desenvolvidas pelos projetos de Educação Patrimonial devem levar em consideração, em primeiro lugar, as necessidades da população e, em seguida, os bens patrimoniais em si.

Seguindo essa proposta, a metodologia da Educação Patrimonial busca fomentar uma educação dialética e democrática que consiga dar voz a todos os envolvidos na questão: os atores sociais e as próprias instituições responsáveis pela manutenção do patrimônio, para que, dessa maneira, se possibilite o acesso de todos à herança cultural recebida de seus antepassados.

No *Guia Básico de Educação Patrimonial* Horta afirma que como disciplina do sistema formal de ensino, a Educação Patrimonial pode ser desenvolvida em quatro etapas: *observação, registro, exploração e apropriação*. Cada uma delas com sua metodologia e objetivos específicos que visam, ao longo do trabalho, levar o aluno a um contato pessoal com o patrimônio estudado. Nesse encontro, busca-se aprofundar e construir conhecimentos significativos que o capacitem a fazer análises críticas, além de valorizar e compreender o patrimônio como um bem que faz parte de sua cultura e, portanto, se constitui como parte de sua identidade.

Este processo objetiva levar o estudante a uma relação de interação com o seu patrimônio e, conseqüentemente, com a comunidade que o compartilha. Dessa forma, o patrimônio histórico se torna um meio de coesão social, através do qual os cidadãos passam a fazer outras leituras do contexto sociocultural de que participam, através de suas experiências compartilhadas e conhecimentos construídos.

Entretanto, cabe enfatizar que a Educação Patrimonial não deve ser entendida e utilizada como impositora de uma identidade, mas sim, como uma metodologia que vise despertar os interesses da comunidade e de seus indivíduos pelos seus bens patrimoniais, trabalhando para que todos os envolvidos no processo educativo (alunos e comunidade em geral) sejam divulgadores da identidade e do patrimônio às futuras gerações. Acreditamos que a introdução da disciplina seria uma maneira eficiente de promover os bens patrimoniais junto aos alunos, “pois se espera que esses jovens

estudantes se transformem em agentes multiplicadores e atuem, como tal, nas suas escolas, famílias e comunidades” (GOMINHO FILHO, 2006, p. 142-143).

No que refere à inserção da Educação Patrimonial como possibilidade para o ensino de História pode-se afirmar que esse é um campo que tem suscitado um crescimento no número de pesquisas sobre o tema. Por isso, defende-se a ideia de que a Educação Patrimonial, enquanto disciplina, deve ser uma aliada cada vez mais utilizada na sala de aula para desenvolver um ensino de História pertinente e comprometido em proporcionar aos alunos a capacidade de, além de assimilarem os conteúdos, tornarem-se também produtores de conhecimentos.

Neste sentido, é preciso concordar com a análise de Pinsky e Pinsky de que:

O grande desafio que se apresenta nesse novo milênio é adequar o nosso olhar às exigências do mundo real sem sermos sugados pela onda neoliberal que parece estar empolgando corações e mentes. É preciso, nesse momento, mostrar que é possível desenvolver uma prática de ensino de História adequada aos novos tempos (e alunos): rica de conteúdo, socialmente responsável e sem ingenuidade ou nostalgia. (PINSKY & PINSKY, 2003, p. 19)

De acordo com os autores, é preciso fazer com que o aluno sinta a proximidade que a História tem com seu cotidiano e perceba que, mesmo a História já contada nos livros, também foi produzida por pessoas comuns dentro de seus espaços, tempos e contexto sociocultural e, desse modo, “quanto mais o aluno sentir a História como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer” (PINSKY & PINSKY, 2003, p. 28).

Dáí a necessidade de os historiadores voltarem cada vez mais os olhos e tomarem para si a responsabilidade por aquilo que é ensinado nas escolas e para as novas concepções e abordagens da história ali difundidas. Assumir essa postura implica um profundo redirecionamento das práticas em sala de aula, possibilitando que o conhecimento histórico se aproxime das experiências do cotidiano dos alunos sem, contudo, reduzi-lo à mera banalidade. É dessa forma que o ensino de História traz à tona seu grande potencial, oportunizando a ‘inclusão histórica’.

A partir disso, se pode dizer que a proposta da Educação Patrimonial se encaixa nessa concepção de ensino de História, principalmente quando ela chama a atenção para

a necessidade/importância de fazer com que o aluno mantenha um contato mais próximo com seu próprio contexto sociocultural. Assim, as atividades pedagógicas voltadas para a História local e o trabalho com os bens culturais existentes podem e devem fazer parte desse processo de ensino/aprendizagem, por meio do qual o aluno passa a enxergar o cotidiano como objeto de construção de conhecimento.

É possível dizer ainda que a utilização da metodologia da Educação Patrimonial no ensino de História, além de possibilitar ao aluno a capacidade de interpretar os acontecimentos históricos de seu contexto sociocultural, político e ideológico, permitir-lhe-á também o acesso à Cultura histórica local e a percepção de si mesmo enquanto agente da História e como produtor de conhecimento. E como afirma Neves (2001, p. 36), esse *autoconhecimento* deve resultar em uma postura crítica diante do conhecimento adquirido/construído e um efetivo exercício de cidadania.

Reconhecer e valorizar suas riquezas culturais e, dentre essas, o patrimônio histórico, bem como sua História e memória, são passos importantes para que o aluno se reconheça enquanto indivíduo pertencente a uma coletividade. Provocar esse tipo de (re)conhecimento entre o aluno e o patrimônio histórico, constitui-se em um importante suporte para se pensar as identidades individuais e coletivas de cada comunidade tendo como base a educação (processo de ensino/aprendizagem).

Cabe refletir ainda, que não é possível atribuir à Educação Patrimonial uma missão salvadora do patrimônio, visto que, mesmo se propondo uma disciplina transformadora, ela dependerá da maneira como vai ser utilizada em sala de aula, pois, como ressaltava Barbosa (2005, p. 125), as pessoas que estão ligadas diretamente com o processo educacional – técnicos, pesquisadores e professores – nem sempre estão abertas ou até mesmo preparadas para trabalhar de maneira satisfatória com essas novidades. Daí ser necessária uma constante formação do professor, no sentido de lhe dar condições e capacitação, tanto para a implementação das novas concepções, metodologias e disciplinas, como é o caso da Educação Patrimonial, como para o reconhecimento do importante papel social que possui tanto na formação de cidadãos quanto na construção de saberes.

Em relação ao caso de cajazeiras de maneira mais específica pode-se dizer que apesar da cidade possuir um centro histórico formado por monumentos reconhecidos por seu valor enquanto obras arquitetônicas e históricas, a preocupação com políticas

públicas em relação à defesa desse patrimônio ainda é tímida. Acreditamos que isso acontece, especialmente por questões financeiras e imobiliárias, como também por divergências políticas que opõem grupos e cidadãos interessados em preservar a História e a memória da cidade.

Assim sendo, acreditamos ser de caráter urgente a criação, na cidade, de ciclos de debates que visem à parceria de órgãos públicos e privados, para o desenvolvimento e implantação de políticas públicas e de Educação Patrimonial que busquem o envolvimento da comunidade escolar e da sociedade em geral com o patrimônio histórico e cultural que a cidade possui valorizando, desse modo, a memória, a História e a cultura histórica locais.

Referências

- BARBOSA, Vilma de Lurdes. *Contribuições para pensar, fazer e ensinar a história local*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005.
- CABRAL, Ana Karina Pereira & OLIVEIRA, Carla Mary S. Políticas de Preservação do Patrimônio Histórico no Brasil e na Paraíba: o IPHAN, o IPHAEP e o Turismo Cultural. *Anales del 3er Congreso Virtual de Turismo Cultural NAYA*. Buenos Aires: NAYA, 2005. Disponível em: <http://www.naya.org.ar/turismo/congreso2005/ponencias/Carla_Mary_Oliveira_Ana_Karina_Pereira_Cabral.htm>. Acesso em: 22 out. 2008.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. (orgs.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.
- GOMINHO FILHO, Fortunato Ferraz. *Bens patrimoniais e escolas públicas uma aproximação necessária*. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais). Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais; Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HORTA, M. de L. P.; GRUMBERG, E. & MONTEIRO, A. Q. *Guia Básico de Educação patrimonial*. Brasília: IPHAN/MinC; Petrópolis: Museu Imperial, 1999.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*. Belo Horizonte, PPGHis-UFMG, v. 22, n. 36, jul./ dez. 2006, p. 261-273.
- MENESES, José Newton Coelho. *História e Turismo cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

NEVES, Joana. Participação da comunidade, ensino de História e cultura histórica. *Saeculum - Revista de História*, João Pessoa, DH/PPGH/UFPB, n. 6/7, 1999, p. 35-47.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, PUC-SP, n. 10, 1993, p. 7-28.

OLIVEIRA, Fabiana de & SOARES, André Luís Ramos. Educação patrimonial e a pesquisa arqueológica do “Sítio Casa de David Canabarro” em Santana do Livramento, RS. *Anais do IX Cidade Revelada: I Fórum Nacional de Conselhos de Patrimônio Cultural*. Itajaí: Editora Maria do Cais, 2006, p. 1-18.

PINSKY Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. Por uma História prazerosa e conseqüente. In: KARNAL, L.(org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-36.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VALECILLO, Zaida Garcia. Como acercar los bienes patrimoniales a los ciudadanos? Educación Patrimonial, um campo emergente em la gestión del patrimônio cultural. *Pasos: revista de Turismo e Patrimônio Cultural*, Canarias, Universidad de la Laguna, v. 7, n. 2, 2009, p. 271-280.